

DA ANÁLISE DO DISCURSO À APRECIÇÃO DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS: POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Gerlândia de Castro Silva¹

gerlandia@ufpa.br

Josenilda Maria Maués da Silva²

jomaues@ufpa.br

Resumo: O texto pondera sobre algumas das possibilidades metodológicas que o trabalho com a Análise foucaultiana das Práticas Discursivas proporciona para o sítio educacional. Compõe relações entre a Análise das Práticas Discursivas e a Análise do Discurso, destacando confluências e dissensões entre os autores destes lugares teóricos. Recorre a rudimentos da análise foucaultiana como: *enunciado*, *formação discursiva* e *discurso*; *sujeito* e *autoria*; *dispersão* e *repartição*; *campo adjacente*, e a noções de verdade, poder e saber, como artefatos capazes de contribuir para as tarefas investigativas em educação.

Palavras-chave: Discurso. Práticas discursivas. Educação.

Abstract: The text reflects on some of the methodological possibilities that the work with a foucauldian analysis of discursive practices provides for the educational site. It comprises relations between the discursive practices analysis and discourse analysis, highlighting convergences and disagreements among the authors of these places theorists. Uses rudiments of foucauldian analysis as: *enunciation*, *discursive formation* and *discourse*; *subject* and *author*; *dispersion* and *distribution*; *adjacent field*, and notions of truth, power and knowledge, as artifacts can contribute to the investigative tasks in education.

Keywords: Discourse. Discursive practices. Education.

A discursividade sobre o que tem se alcunhado de *approach* qualitativo em educação no Brasil, assim como em outros países da América Latina, torna-se crescente a partir da década de 1970, ainda que, anteriormente, tenha havido a pretensão de se efetivar uma análise por via do enfoque que se queria qualitativo, o que não se conseguiu devido ao fato de a apresentação de resultados das investigações continuar, até certo tempo, presa a medições e quantificações. Isto corrobora a forte influência das formas de investigação em que estiveram mergulhadas as ciências consideradas exatas que, por via do que se chamou de paradigma positivista, foram aceitas como ciências. É possível coligir que uma investida considerada qualitativa, nos artificios investigativos no estrado da educação, descredenciava o próprio estrado como possibilidade de constituir uma ciência.

Para o protótipo considerado positivista, como afirma Prigogine (1996), o científico preconiza a constatação concreta, não havendo possibilidade de subjetivismos, por exemplo. A ciência, nesse abalroamento, possui interesse em explicar, controlar, prever e descrever. Tem como peculiaridade a generalização e vê o sujeito como fragmentável, singular, descontextualizado e imparcial em relação ao

artefato. A arremetida quantitativa apoia-se, portanto, neste entendimento positivista e empirista da realidade.

A mutação de enfoque na arena da investigação para o domínio qualitativo deve-se, dentre outros aspectos, à influência da fenomenologia e do marxismo nas formas de arquitetar a realidade.

O *approach* fenomenológico ou interpretativista sopesa o que chama de fenômeno em seu contexto, intuindo abarcá-lo ou interpretá-lo. Ao contrário do aspecto positivista, não busca a generalização, pois as conjunturas e os sujeitos possuem manifestações dessemelhantes e valores subjetivos. Deste enfoque decorrem inúmeras modalidades de pesquisa que, dentre outros aspectos, buscam conferir vozes aos sujeitos envolvidos no artifício investigativo.

O enfoque marxista possui baluarte na dialética e toma feitiço a partir das investidas de Marx, Engels, Gramsci, Adorno e outros que realçam a necessidade de se conhecer a realidade – por via das percepções, reflexão e intuição – para alterá-la em processos contextuais. Este enfoque possui interesse em compreender, interpretar, analisar, criticar, construir e emancipar os sujeitos do processo investigativo e antecipa o comprometimento político destes.

A investida qualitativa, portanto, implantada nestes enfoques, possui interesse no significado conferido por pesquisadores e pesquisados e nas ações às quais se empenharam. Estão presentes, assim, os processos subjetivos e históricos e a possibilidade de interpretação, reflexão e crítica com base na descoberta.

É, no entanto, a falsa disjuntiva entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa que vai tingir, durante algum tempo, o campo educacional. Para Gatti (2002) o domínio qualitativo iniciou de forma superficial, sobretudo a partir de 1970 e 1980, exercendo *uma crítica que nem sempre foi fruto da reflexão de um conhecer profundo e experiente das lidas da investigação científica* (p. 50), como se quisessem afirmar que em qualquer análise no campo educacional não se estivessem lidando com questões de qualidade, ainda que os demonstrativos fossem quantitativos. A falsa dicotomia é mais comum porque se observa em muitos trabalhos: “[...] a utilização mecânica, ritualística ou formal de meios de investigação, no mesmo esquema das ciências experimentais em seus primórdios, com interpretações à luz de uma abordagem teórica que não se coaduna com os procedimentos adotados e realizado” (*Idem*, p. 54).

O estrado do *approach* qualitativo se torna vasto nos últimos anos, mesmo com a contenda envolvendo quantidade versus qualidade, sobretudo a partir, também, das discussões engendradas por estudos pós-críticos³ ao defenderem abordagens mais abertas e criativas na escrita e apreciação de

informações. Neles pode-se destacar (ainda que não sejam consideradas totalmente pós-críticas) a teoria e a prática feministas, que influenciaram não somente no redirecionamento no enfoque dos sujeitos do processo investigativo, como também em relação à modalidade de investigação, como a análise de documentos e a pesquisa sobre histórias de vida, bem como em relação aos procedimentos dando ênfase às entrevistas. “As feministas tiveram um papel importante enquanto impulsionadoras das investigações sobre emoções e sentimentos” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 44) e, além de mudarem o foco do procedimento investigativo para as relações entre sujeitos pesquisadores e pesquisados, reconhecem a dimensão política da investigação.

Significando o que vem após o movimento crítico, mas com forte ranço deste, o termo pós representa o movimento da cultura expresso em sociedades em mutação e a posição da cultura após as alterações que comprometeram os preceitos dos jogos da ciência, literatura e artes (LYOTARD, 1993). Mais do que isto, promove rupturas com as estruturas fixas de uma forma de investigação considerada cartesiana e isto inclui, também, quebras com os amplos exemplares epistemológicos que carregam em si ambições de verdade, objetividade e universalidade, bem como, o seu discurso de totalidade e metanarrativas reducionistas da realidade.

Embora não sejam perfilhadas pelo cânone das ciências há quase dois séculos, como os enfoques positivistas, fenomenológicos ou de cunho dialético, e que um preconceito acadêmico exija provas – dialéticas, fenomenológicas ou positivistas – de sua potência, não se pode negar que haja uma agitação – pós – buscando criar outras composições investigativas, que não sejam as de aparelhos cartesianos.

As apreciações, portanto, são embrionárias em se tratando de quebra ou ruptura/manutenção de modelos fundados, como ocorre em momentos anteriores à história atual das ciências.

Dos autores postos na seara de desconstrução/manutenção das concepções de conhecimento até então existentes, é praticamente impossível deixar de citar Foucault, Baudrillard, Lyotard, Deleuze e Guatari, mesmo considerando alguns de seus predecessores presentes na Filosofia, como Nietzsche, até a cognominada “virada lingüística⁴”. Não é este o momento de problematizar, mesmo que superficialmente, a arquitetura desses autores. Porém, algumas notas precisam ser feitas sob infortúnio de que sejam colocadas, no mesmo recinto, as suas diferentes formulações teóricas.

É conexo registrar, portanto, o entendimento de teóricos como Foucault (1971, 1980, 1986, 1997) acerca, por exemplo, das teorizações pós-estruturalistas, a despeito de sua negação dessa categorização. A aproximação foucaultiana às teorizações pós-estruturalistas dá-se a partir de algumas

pistas, como a crítica à razão iluminista e às metanarrativas históricas e sociais, bem como às teorizações humanistas do sujeito, embora, e é prudente abalizar, o seu pensamento distancie-se do radicalismo de autores como Baudrillard e Lyotard.

Baudrillard (1988, 2001) tem forte influência no pensamento “pós” por anunciar a obsoletização do objeto base de investigação nas ciências sociais – o social –, e Lyotard (1987, 1993, 2008) colabora por assegurar que o modelo científico fundado pelo iluminismo não teria sentido nos abalroamentos atuais, anunciando o fim das narrativas totalizantes.

Lyotard defende a emergência das práticas científicas pós-modernas, que se caracterizam por serem heterogêneas e variadas, com base não na idéia de plausibilidade e validade totalizantes, mas numa visão de ciência como jogo, o que implica uma definição incluindo a incerteza e o acaso. Essa proposta, vinculada ao conceito de *jogos de linguagem*, elaborado por Wittgenstein, exige também a proposição de um novo critério de legitimação, ligado à performatividade (SOBRINHO, 2001, p. 104).

Estes diferentes posicionamentos orientam o que, no debate acadêmico, está se chamando de *crise de paradigmas*, no entanto sugerem que:

[...] estamos começando a trilhar novos e diferentes caminhos, e que estes podem nos levar a descobrir espaços cotidianos de luta na produção de significados distintos daqueles que vem nos aprisionando, há séculos, em uma naturalizada unitária de mundo (COSTA, 2002, p.14).

Uma das possibilidades metodológicas encontra-se no trabalho com a Análise do Discurso, especificamente a Análise das Práticas Discursivas de orientações foucaultianas por lentes das perspectivas teóricas pós-estruturalistas.

Notas, no entanto, precisam estar colocadas no momento em que se almeja enveredar por qualquer fundamentação teórico-metodológica. Elas dizem respeito ao lugar epistemológico em que se pretende estar os que se atrevem a fazer pesquisa. Deste aspecto é possível entender que o trabalho a partir das apreciações de orientações foucaultianas precisa sopesar, por exemplo, a importância de determinados campos e conceitos, como saber/poder, disciplinamento/governabilidade, história/sujeito, dentre tantos que o diferencia de outros teóricos críticos mais preocupados em trabalhar aspectos como ideologia, infra e superestrutura, estado, políticas e representações.

Necessitam ponderar, por outro lado, que Foucault (1971, 1980, 1986, 1997) não propôs um método de análise do discurso, e sequer usou este termo. Uma apropriação e uma ressignificação do seu pensamento foram tecidas por teóricos da linguagem até se chegar ao que hoje comumente é chamado de análise do discurso foucaultiana. Ao contrário, o filósofo dizia que não lhe interessava

analisar frases, proposições e atos performáticos e sim enunciados, fazendo uma história da verdade em termos de condições de possibilidade de aparecimento dos objetos; o ser da linguagem foi colocado em xeque nesta perspectiva.

Outra ressalva alude ao distanciamento da abordagem foucaultiana das pós-estruturalistas e dos estudos culturais quanto a conceitos como o de identidade e de sujeito. O teórico não emprega tais termos, a não ser para desapropriá-los.

Os que se atrevem a fazer Análise das Práticas Discursivas, em perspectiva foucaultiana, a partir das lentes pós-estruturalistas devem, então, usar menos os enquadramentos teóricos (embora uma parte do cânone científico esteja interessada neste aspecto) e transitar mais pelas ferramentas disponibilizadas pelos autores, na tentativa de produzir um pensamento da diferença.

É comum, no entanto, que trabalhos a partir da análise do discurso francesa tendam a fazer conexões entre teóricos. Essas conexões são possíveis, ponderando as quebras de fronteiras entre os conhecimentos, mas há que se considerar que isto pode se configurar um equívoco grosseiro, uma vez desprovido dos necessários esclarecimentos.

Esta inscrição arrisca-se a apresentar alguns destes pontos de cisão e convergências antes de entrar por sua especificidade – a análise das práticas discursivas foucaultianas – ao procurar posicionar este aporte metodológico em um movimento que se consubstancia na França, a partir da década de 1960, e que hoje ficou conhecido como análise do discurso francesa.

Embora tenham ganhado visibilidade a partir deste período, os afazeres de Foucault⁵ apresentam especificidades quanto às diferentes correntes coexistentes, signatárias e, por vezes, contraditórias a que comumente seus trabalhos são remetidos.

A Análise do Discurso⁶, em perspectiva, é um campo de estudo e por isso se compõe, também, em uma disciplina cujas origens se remetem à França nos últimos anos da década de 1960. Seu artefato de estudo é o discurso e seu traço ou marca, o campo da linguagem. Por sua especificidade e por seus projetos teóricos distintos, a AD insinua métodos e orientações epistemológicas para investigações que se agregam mais às teorias ou a teóricos que os precedem do que a uma escola de análise discursiva. Daí se considerar ser a AD francesa um sítio heterogêneo cujos traços apontam para, no mínimo, três lugares: a linha de Pêcheux; a Sociolinguística de Marcellesi e de Bakhtin⁷ e a linha de Foucault. As rupturas e manutenções destes lugares produzem, com efeito, a AD francesa.

Antes da tentativa de aproximação destas três correntes para, então, focar nas teorizações foucaultianas, abreviadas considerações carecem ser feitas sobre o cenário político que propicia o seu desenvolvimento.

É do conhecimento de muitos que a década de 1960 é marcada de um porvir de efervescência e contestações nativas de muitos lugares: dos enfatiados regimes totalitários; da visibilidade de Che Guevara; da liberação da pílula anticoncepcional e a luta feminista; da febre da juventude em frentes dos ídolos como os Rolling Stones; da luta contra os preceitos estadunidenses em guerras, como a do Vietnã; dos movimentos sociais, movimentos de descolonização, movimentos contra guerras e muitos outros exemplos que demonstram o comprometimento de lideranças políticas, artísticas e teóricas em busca de um sonhado e propalado processo de emancipação. Como exemplo, é possível citar a greve deflagrada em maio de 1968, na França, em que 10 milhões de trabalhadores expuseram ao mundo o quanto o seu país estava em atividade política.⁸

Em um rápido giro por diferentes países, é possível encontrarmos, a partir do final da década de 1960 e início de 1970, nos Estados Unidos, o movimento de reconceptualização; na Inglaterra, a nova sociologia; na França, os ensaios críticos de Pierre Bourdieu, Louis Althusser entre outros, no Brasil, a presença de Paulo Freire, dentre tantos movimentos teóricos que discutem temas como poder, ideologia e resistência (SILVA, 1999).

Há que se reconhecer que, em diferentes lugares do saber, esses acontecimentos tenham provocado mudanças epistemológicas. Assim a Sociologia, a Psicologia, a Educação e a Linguagem tornam-se solos férteis para rupturas e ressignificação do seu referencial.

No ambiente da linguagem, que se coloca aqui como preocupação central, há um grande reboiço, colocando-se no centro das contestações os trabalhos de Saussure⁹, que, na primeira metade do século XX, define a língua como objeto da linguística e inaugura a linguística moderna, propondo, de acordo com Paveau (2006), uma investida a-histórica, descritiva e sistemática da linguagem.

Preocupado em atribuir um caráter de cientificidade à linguística¹⁰, Saussure cuidou em definir seu artefato de estudo, que para ele seria a língua, que estudaria em separado da fala: “o famoso ‘corte saussuriano’ veio solucionar esse impasse. A oposição entre *langue* e *parole* constituiu a primeira ‘bifurcação’ de seu constructo teórico” (CARNEIRO; CARNEIRO, 2007, p. 5) e atravessa as abordagens que se seguem no âmbito da linguagem negando qualquer heterogeneidade e relegando o caráter social a segundo plano. Como um aparelho ou uma estrutura, a língua tornou a fala desnecessária, acessória, passível de estudos poucos científicos.

Brandão (2003, p. 1) destaca que.

[...] para Saussure, os termos complementares de seus conceitos de base (diacronia, fala) pertenceriam a um outro campo científico, formalizável por uma outra ciência ou outro ramo da linguística cuja exploração devia ser provisoriamente suspensa. Com isso, definia dois objetos científicos distintos, o de uma 'linguística da língua' que ele passa a examinar e o de uma 'linguística da fala' que ficava a ser explorada.

Uma vez não categorizável e assistemática, essa postura desconsidera a presença do sujeito em sua atividade criadora, presentes nas teorias de resistência que emergem no final da década de 1960.

O estruturalismo também tem ramificações em outras áreas de estudo, como a Antropologia, nesta destacando-se a presença de Lévi Strauss¹¹ grande responsável pelo atravessamento entre essa corrente e diferentes disciplinas.

Mas a efervescência teórica e política da década de 1960 coloca o estruturalismo saussuriano como o grande alvo das críticas desfechadas por teóricos e leitores de Sartre, Althusser, Foucault, Deleuze, Pêcheux, Lacan, Lévi-Strauss, Barthes, Derrida, Bourdieu, Todorov, Benveniste, Castoriadis, dentre outros, em direção, principalmente às ciências da linguagem, causadas, também, pelo contexto histórico desta época. Anteriormente, tentativas já haviam sido feitas em busca de superar a dicotomia teórica entre língua e fala, destacando-se a obra "Análise do Discurso", de Harris (1952) e a discussão sobre o problema da enunciação, de Jakobson (1963), e Benveniste (1966 1991).

A urgência em se redefinir os rumos políticos da França, no final da década de 1960, tem sustentação e relação com outras demandas, como a de redefinir o espaço teórico e discursivo para a leitura da realidade em que o país se encontra. Este se compõe de um momento propício para a criação da AD como disciplina e lugar de investigação. Ao lado da manifestação e consolidação de outras disciplinas, a AD tenta por em circulação a fala, a língua, o sujeito, a ideologia e os contextos históricos, políticos e sociais que, até então, foram excluídos por Saussure, propondo-se, portanto, uma "análise transfrástica e subjetiva da linguagem" (CARNEIRO; CARNEIRO, 2007), amparada em conceitos marxistas, freudianos, saussurianos, althusserianos e muitos outros.

Embora a consolidação deste lugar teórico tenha se dado durante a década de 1960, um episódio histórico é o lançamento, por Pêcheux, em 1969, do livro "Análise automática do discurso", alocado por alguns autores como a marca do nascimento da disciplina.

Para Pêcheux, a AD é tida como uma quebra epistemológica em relação ao que se fazia nas chamadas ciências humanas, uma vez que agora é possível a articulação do discurso com o sujeito e a ideologia, havendo, portanto, uma confluência envolvendo três regiões do conhecimento científico.

Para Carneiro e Carneiro (2007):

De acordo com Pêcheux, o nascimento da Análise do Discurso foi presidido por uma 'tríplice aliança'. Uma teoria da História, para explicar os fenômenos das formações sociais; uma teoria da Lingüística, para explicar os processos de enunciação; e uma Teoria do Sujeito, para explicar a subjetividade e a relação do sujeito com o simbólico. Como vimos, o discurso é um objeto de estudo que não tem fronteiras definidas. Ele é tridimensional - está na intersecção do lingüístico, do histórico e do ideológico. Por isso, foi inevitável para a Análise do Discurso romper com os postulados da lingüística clássica, já que, se define como o estudo lingüístico das condições de produção de um enunciado (p. 12).

Desta afluência, tem-se a existência de projetos distintos, ora dialogando, ora dissentindo: a proposta de Pêcheux; a sociolinguística desenvolvida por Marcellesi e conhecida entre nós pela presença de Bakhtin e a abordagem foucaultiana.

Embora havendo ranço inclusive do estruturalismo que lhes deu origem, e tendo pontos em comum, é a divergência entre estas três abordagens o que interessa para se compreender a discursividade foucaultiana. Significa afirmar que, desta tríplice coligação, diferentes leituras foram feitas, o que resultou em distintos conceitos de sujeito, discurso e história.

Ampla importância deve ser atribuída a Pêcheux que, ao transitar entre as formulações althusserianas, da "nova história" e foucaultianas, propicia o que em parte passa a ser chamado de pós-estruturalismo:

A aliança com a nova história permite a Foucault superar a alternativa entre método estrutural e devir histórico, apresentando a nova história como uma das figuras possíveis nos estudos estruturalistas. Assim ele considera a nova história como terreno privilegiado para pôr em ação um estruturalismo aberto, historicizado que os americanos chamaram de pós-estruturalismo (DOSSE, 1997 *Apud* GREGOLIN, 2007, p. 24).

Nada obstante, outros fatores têm contribuído para a construção do que ficou conhecido como pós-estruturalismo, dentre eles, a virada lingüística que ocorre mais no campo da filosofia, mas que tem relação e interfere no contexto francês. Tendo seus arcabouços abalados pelos debates procedentes da *virada lingüística* no âmbito social e em outros espaços, as teorizações começam a deslocar o sujeito do humanismo e toda a estrutura que o envolve: saber, poder, racionalidade, regulação e controle, binarismos e demais escapatórias modernas.

A virada lingüística ou *linguistic turn*, é responsável por um modo de apreender a linguagem que evidencia a sua ação na atribuição de sentido às coisas e ao mundo e na relacionalidade dos significados que, neste entendimento, são transitórios, mutáveis e superáveis por serem produzidos no tecido do cotidiano.

Nesta acepção, não há linguagem mediativa entre o pensar e as coisas, há produção de sentidos instituídos pela linguagem, por isso, além de descrever e interpretar o mundo, a linguagem produzida na trama social é capaz da criação, da instituição de práticas, da atribuição de sentidos e das construções identitárias.

As miragens teóricas pós-críticas são adeptas dessa forma de conceber a linguagem. O pós-estruturalismo, por exemplo, tenta pôr em questão os regimes de verdades estabelecidos e os discursos comuns, despreocupados e descomprometidos, lançando à linguagem a tarefa de problematizar-se. E propõe, nesta enseada, a desconstrução, a desconfiança e o descentramento dos textos prontos, dos sujeitos fixos, da subjetividade e do saber, bem como da razão e da verdade e dos pressupostos da dialética; uma suspeita do caminho teleológico, para o qual a história se encaminharia, e uma crítica fundamentada à Saussure.

A maneira de filosofar, o estilo de escrever e a condição de pensamento que distinguem o pós-estruturalismo, ainda que não se pretenda assegurar uma ideia de homogeneidade da expressão, geralmente se reporta aos investigadores e autores franceses, como Derrida e Foucault. Apesar disso, como agitação, pode-se relacionar sua origem aos Estados Unidos, lugar em que prevalece a expressão *teoria pós-estruturalista*. De um modo mais amplo,

Podemos dizer que o termo é um rótulo utilizado na comunidade acadêmica de língua inglesa para escrever uma resposta distintamente filosófica ao estruturalismo que caracterizava os trabalhos de Claude Lévi Strauss (antropologia), Louis Althusser (marxismo), Jacques Lacan (psicanálise) e Roland Barthes (literatura). (PETERS, 2007, p. 4).

Dependendo do local de onde se parta a sua genealogia, o termo remete a alguns pontos de apoio. Para Silva (1999), enquanto algumas leituras tomam como referência o estruturalismo de Saussure, outras sugerem a forte presença das abordagens nietzschianas e heideggerianas, que pressupõem uma reação ao estruturalismo e à dialética.

De acordo com Peters (2007), não há possibilidade de uma linearidade na genealogia dos estudos pós-estruturalistas, uma vez que estes se apresentam interdisciplinarmente, ou seja, contemplam um leque variado de correntes. Na França do pós-guerra, por exemplo, em que predominaram diferentes teorizações, o pós-estruturalismo nascente sofre influência das análises existencialistas da fenomenologia hegeliana de Alexander Koiève e Jean Hyppolite (Idem); da fenomenologia de Heidegger e do existencialismo de Sartre; da abordagem de Lacan sobre o estruturalismo freudiano e da epistemologia de Bachelard.

É, contudo, graças às interpretações francesas que uma releitura do filósofo Nietzsche é feita a partir, principalmente, dos desdobramentos sugeridos por Heidegger, Deleuze, Derrida e Foucault.

Essas notas são importantes para compreendermos os contextos anteriores e posteriores à década de 1960, quando a investida sobre a análise do discurso se estrutura.

Embora o projeto foucaultiano tenha densas ligações com Freud, Marx, Althusser e outros, o que corrobora, também, ligações com as teorizações de Pêcheux e, portanto, com a linguística, é bastante visível em seus textos as articulações com os arquitetais nietzscheanos, kantianos e hegelianos. Daí a análise do discurso não se tornar um método, ou mesmo o projeto principal em sua teoria, mas a problemática da história e da filosofia interpelada por relações entre saber e poder.

Gregolin (2007, p. 60) categoriza algumas fases de seu pensamento. Para a autora Foucault:

[...] buscou compreender a transformação histórica dos saberes que possibilitaram o surgimento das 'ciências humanas' na sua fase chamada de 'arqueológica'; tentou compreender as articulações entre os saberes e os poderes na fase denominada de 'genealógica'; investigou a construção histórica das subjetividades, em uma 'ética e estética da existência'. Essas temáticas estão, sempre, articuladas a uma reflexão sobre os discursos: pressupondo que as coisas não preexistem às práticas discursivas, Foucault entende que estas constituem e determinam os objetos.

Como é possível compreender, mesmo falando em discurso ou atravessando suas teorizações com estes, não é viável procurar uma fórmula foucaultiana sobre como desenvolver uma pesquisa tendo como base a Análise das Práticas Discursivas, tampouco é aceitável a diáspora entre a sua teoria e seu método de análise. Mas é possível coligir que a discussão sobre a objetivação e subjetivação do sujeito atravessará toda a sua obra.

O teórico parte da análise sobre como a ciência objetivada produz a objetivação do sujeito ocidental, buscando no método arqueológico orientações para se revolver a história desses saberes; passa pela objetivação do sujeito através do que chama de "práticas divergentes": "o sujeito é dividido no interior dele mesmo, quer dividido dos outros por meio de técnicas disciplinares" (GREGOLIN, 2007, p. 61), o que sugere uma genealogia do poder e da microfísica do poder, e culmina com a investigação da produção da subjetivação a partir do governo e técnica de si e dos outros, produzindo, assim, a discussão sobre sexualidade, ética e estética de si.

Para se compreender a teorização sobre Análise das Práticas Discursivas, é interessante observar como o termo toma corpo e atravessa a abordagem do autor.

1 ENUNCIADO, FORMAÇÃO DISCURSIVA E DISCURSO

Em vez de operar com as unidades tradicionais da teoria, como ideologia e ciência, Foucault (1986) optou por designar o discurso como uma reunião de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva, e estas, um conjunto de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras. Isto sugere que as proposições, ou mesmo as palavras, mudarão de sentido quando submetidas a formações discursivas distintas.

O enunciado é a unidade básica do discurso que não pode ser confundido com a fala. É uma função de existência pertencente aos signos. Para Fischer (2001), o enunciado não é uno ou estático, ele se encontra na transversalidade de frases, como “acontecimento”, e mobiliza elementos como: o referente, o sujeito (quanto à posição a ser ocupada) e um campo associado. Recorrendo ao filósofo, a autora delinea a condição do enunciado em quatro elementos:

1. a referência a algo que identificamos (o referente, no caso, a figura de mestre associada à doação e amor);
2. o fato de ter um sujeito, alguém que pode efetivamente afirmar aquilo (muitos professores e professoras ocupam o lugar de sujeito desse enunciado, e o interessante neste caso seria, por exemplo, descrever quem são os indivíduos que ainda estão nessa condição; mesmo pessoas que não são professores, os "voluntários da educação", também se reconhecem nesse discurso, como tantas vezes vemos em reportagens de jornais e na televisão);
3. o fato de o enunciado não existir isolado, mas sempre em associação e correlação com outros enunciados, do mesmo discurso (no caso, o discurso pedagógico) ou de outros discursos (por exemplo, o discurso religioso, missionário, ou mesmo o discurso sobre a mulher, a maternidade, e assim por diante);
4. finalmente, a materialidade do enunciado, as formas muito concretas com que ele aparece, nas enunciações que aparecem em textos pedagógicos, em falas de professores, nas mais diferentes situações, em diferentes épocas (veja-se como a mídia se apropria desse discurso e o multiplica em inúmeras reportagens sobre pessoas que voluntariamente passam a dedicar-se ao trabalho de ‘educadores’) (FISCHER, 2001. p. 202).

Para Machado (2006 p. 152):

[...] o enunciado é uma função que possibilita que um conjunto de signos, formando unidade lógica ou gramatical, se relacione com um domínio de objetos, receba um sujeito possível, coordene-se com outros enunciados e apareça como um objeto, isto é, como materialidade repetível. É pelo enunciado que se tem o modo como existem essas unidades de signos. Ele lhes dá as modalidades particulares de existência, estipula as condições de existência dos discursos. Descrever um enunciado é descrever uma função enunciativa que é uma condição de existência.

A formação discursiva encontra-se, então, condicionada a um sistema de “dispersão e repartição” dos enunciados que seleciona o que pode ser dito a partir da posição ocupada pelo sujeito em determinado campo ou espaço discursivo que se relaciona com outros campos:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva (FOUCAULT, 1986, p. 43).

Na procura da formação discursiva, o analista, considerando o enfoque foucaultiano, precisa delinear certa frequência de enunciado que se remeta a um mesmo objeto, enunciação ou conceito. Significa produzir unidades a partir da fusão de regras, sendo possível falar em diferentes discursos.

A formação do objeto é, também, regulada por alguns critérios: “a demarcação das superfícies de sua emergência (em que condições históricas surgiu o objeto); as instâncias de delimitação (os mecanismos formais e informais de delimitação do objeto); e as grades de especificação (sistemas empregados para a separação dos objetos entre si)” (MORAES, 2010, p. 13).

O discurso é um conjunto de enunciados que obedecem a regularidades, dispersões e repartições, ou seja, ele está amordaçado à heterogeneidade de uma formação discursiva. Produzir discurso ou exercer a prática discursiva significa enunciar segundo determinadas regras submetidas a certos regimes de verdade dados historicamente, considerando que o enunciado não se reduz a atos de fala, palavras ou frases, e sim, a um conjunto de relações que determina a sua existência; e, analisar o discurso significa demonstrar como os enunciados se apresentam, distribuem-se e se relacionam no interior de assentada formação, possibilitando a constituição de unidades a partir da dispersão.

2 SUJEITO E AUTORIA

O sujeito foucaultiano, sé é que podemos considerá-lo, constitui um sujeito descentrado, narrado e pensado. Não produz o discurso, pois é produzido pelo discurso por ocupar determinada posição reservada a ele ou a qualquer outro, é, portanto, efeito discursivo. Isto ratifica um desinteresse pelos pensamentos não expressos, pelas representações, ou pelas imagens que forem ocultadas e representa, ainda, uma ênfase ao próprio discurso como prática submetida a regras, ao lugar ou posição, em vez de ao indivíduo falante, escritor ou autor:

[...] não estamos diante da manifestação de *um* sujeito, mas sim nos defrontamos com um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem. Esse caráter contraditório do sujeito rompe com uma tradição, cara não somente ao idealismo de algumas teorias da linguagem, como a desenvolvida por Benveniste, mas ainda àquelas concepções segundo as quais o *eu* seria absolutamente determinado de fora, dominado por um Outro que o constitui. Essa bipolaridade, como sabemos, dominou durante muito tempo as Ciências Humanas e dela se encontram vestígios até hoje em alguns discursos, como o da pedagogia, da sociologia e especialmente da militância política. O homem "sujeito da própria história", capaz de transformar o mundo a partir da tomada de consciência, reúne essas duas concepções: tudo se passaria como se, percebendo a dominação, a força do outro, o sujeito pudesse lutar e chegar, talvez um dia, à condição paradisíaca (e originária) de sujeito uno, pleno de poder (FISCHER, 2001, p. 207).

O sujeito idealizado e cartesiano tem sido posto em xeque pelas formulações consideradas pós-críticas, principalmente as pós-estruturalistas. Disso decorrem algumas das aproximações que, por vezes, são feitas entre as teorizações pós-estruturalistas e as formulações foucaultianas. Das lentes pós-estruturalistas o sujeito moderno somente existe como resultado de aparatos discursivos e linguísticos, "o 'eu' penso não prova a existência do eu, apenas confirma que a gramática atribui a ação de pensar a um suposto 'eu'" (SILVA, 2001, p. 6). Dessa forma o que é tido como essência ou fundamento do ser é apenas circunstância de sua formação, é apenas processo, percurso.

O pós-estruturalismo, portanto, ao adjudicar à constituição do sujeito moderno a perspectiva discursiva, desloca o foco de visão do discurso sobre consciência para o da linguagem, destacando-se, neste momento, as contribuições foucaultianas em relação ao conceito e à análise dos pressupostos do discurso e da linguagem.

O deslocamento do paradigma da consciência para o protótipo da linguagem é representado na apreciação foucaultiana de discurso em que o filósofo questiona as noções de verdade e de subjetividades instituídas pela linguagem e produzidas nas relações de poder. Para ele não há verdade nem sujeitos, mas efeitos de verdade e de subjetividades produzidos pela linguagem e pelo discurso. Neste sentido há uma forte orientação de que o sujeito é resultado de efeitos discursivos.

Os conceitos de sujeitos autônomos, livres e emancipados, portanto, não passam de discurso cuja tentativa é de desvinculá-los das relações com o poder. Contudo, ao se buscar a auto-regulação, o autogoverno e a autonomia, busca-se a própria condução do poder ou o poder sobre si, não estando isento das disputas por regulação e controle.

Nesta orientação é incluída também a noção de saber, que na perspectiva foucaultiana está movida por uma *vontade de poder*, uma vez que este decide o conhecimento do que e quem deve ser regulado, governado, produzido e aceito.

Há, ainda, uma diferenciação entre sujeito do discurso e autoria, embora, para Foucault (1971) comumente remetam certos discursos a indivíduos ou a autores. Mesmo escrevendo uma escritura ou emitindo texto de autoria de alguém, o processo de autoria coloca o autor mais como uma função do que produtor do discurso, comparando-se com aqueles postos de caráter enunciativo como os de locutor e de enunciador.

Seria absurdo, claro, negar a existência do indivíduo que escreve e que inventa. Mas eu penso – e isto pelo menos a partir de uma certa época – que um indivíduo que começa a escrever um texto, no horizonte do qual gira uma obra possível, retoma à sua conta a função do autor: o que escreve e o que não escreve, o que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, aquilo que ele deixa e que cai como as palavras do dia-a-dia, todo esse jogo de diferenças é prescrito pela função autor, tal como ele a recebe da sua época, ou tal como, por sua vez, a modifica. Pois ele pode muito bem perturbar a imagem tradicional que se tem do autor; é a partir de uma nova posição do autor que ele recortará, em tudo aquilo que ele teria podido dizer, em tudo aquilo que ele diz todos os dias, a todo o instante, o perfil oscilante da sua obra (FOUCAULT, 1971, p.8).

Embora em outro momento (1997) a apreciação foucaultiana busque a não redução do autor a um lugar e procure trabalhar a existência do autor nas circunstâncias da produção discursiva, o discurso, operando na função-autor e comportando-a, apresenta-se com alguns predicados sintetizados por Moraes (2010, p. 9):

a) trata-se do objeto de uma apropriação de tipo particular (produto, bem); b) o regime de autoria varia para os discursos, dependendo da época; c) a atribuição de autoria a um discurso é o resultado de "uma operação complexa que constrói um certo ser racional", que lhe dá o estatuto de autor, "lugar originário da escrita"; d) um conjunto de traços, que remetem para propriedades discursivas, aponta para o autor: uso de formas pronominais, elementos adverbiais, formas temporais e modais.

Para a pesquisadora, tamanho o enredamento dessa função exige um tratamento tipológico do discurso, tomando-se cuidado para que o trabalho apreciativo seja orientado por um estudo que:

a) ultrapassaria as características gramaticais ou textuais; ele pressuporia a exploração de propriedades e relações propriamente discursivas; b) se voltaria também para as modalidades de existência dos discursos: como se formulam e circulam, como se valorizam, como se distribuem e se modificam; c) examinaria como o sujeito aparece na ordem dos discursos e que posições ocupa em cada tipo, uma vez que foi desalojado de sua posição de 'fundamento', de origem (*idem*, p. 10).

As considerações feitas até aqui servem para ilustrar o enredamento da teoria e o vasto caminho de possibilidades que a análise das práticas discursivas em perspectiva foucaultiana sugere.

Para esta análise, espera-se que o pesquisador tome a discursividade, não com a cobiça de que ela carregue significados ocultos, tampouco, que dissimule, camufle uma realidade a ser desvelada, uma vez que não há verdade a ser despertada, mas práticas sensíveis presentes nos discursos e verdades provisórias ou regimes de verdade. Há produções históricas, políticas e econômicas e uma estreita relação entre as palavras e as coisas, relações de poder e construções discursivas que são também construção de coisas, de realidade¹². O sujeito da enunciação assume diferentes posicionamentos na ordem discursiva, não de forma romântica e estática, mas em perspectiva de disputas de poder, verdades e interpretação:

Como instâncias e momentos de geração de significados pelos quais os sujeitos explicam a si mesmos e ao mundo interessa-nos aprender as condições históricas de sua produção, a posição dos sujeitos que as enunciam, os posicionamentos que incluem, a atribuição de valores, as categorias de pensamentos, as diferenciações, saberes e verdades que carregam, os significados que imprimem acerca do que é educação, do que é docência, em suma, sua plasticidade na fabricação de certas formas de subjetividade (MAUÉS, 2006, p. 4).

Ao se afirmar, portanto, a existência de um sistema de formação, compreender-se que mesmo as produções discursivas se inscrevem no interior de sistemas linguísticos, estando submetidas a certos regimes de verdades e a um conjunto de normas construídas historicamente, que garantem por meio da vontade de poder e de saber o discurso. Por isso não se pode esperar frases puras, episódios narrativos limpos, ao contrário, eles estarão encharcados de realidade e de outras práticas discursivas.

Por compreender, como Foucault (1986), que não há nada anterior ao discurso é possível levar em conta uma significação deste como *dispersão*. Como princípio de dispersão e repartição dos enunciados, as formações discursivas estão dentro de determinado sítio de saber e poder e se manifestam de acordo com certa posição que se ocupa neste sítio. Desta forma, quando o sujeito se manifesta, ele deverá se amparar em um conjunto de enunciados que estará dentro de uma formação discursiva – a formação discursiva da educação, por exemplo – que funciona como uma base de sentido em que os sujeitos se reconhecem porque as significações presentes nesta base lhes parecem óbvias.

Considera-se, ainda, outra especialidade da análise foucaultiana – o *campo adjacente* –, que constitui um espaço colateral que permite a intertextualidade e integra um enunciado a um conjunto deste em uma relação de interdependência, uma vez que não há enunciado isolado ou livre. A

formação discursiva que caracteriza o lugar da educação, por exemplo, pode e vai estar relacionada a outras arenas de cunho político, econômico, cultural, social, dentre outros. Igualmente é possível buscar, na análise proposta, a *mobilidade do enunciado* que o coloca em uma condição material bastante relacionada com o lugar institucional que ocupa. O fato de alguém enunciar, por exemplo, que é professor, vai ser considerado em cada lugar a partir de sua localização.

A circunscrição e a interpretação dos conteúdos discursivos podem ser apresentadas em forma de episódios – eventos discursivos – que são pequenos recortes ou fragmentos do discurso constituídos por um ou mais enunciados que contenham elementos capazes de permitir que se capture a discursividade sobre o que se vai analisar.

O recorte dos eventos discursivos não deverá ser arbitrário, tampouco quantitativo e deve, de forma flexível, garantir o interpelamento de outros traços discursivos (questões, formulações ou outros aspectos). Por outro lado, este recorte deve ser abusivamente flexível, pois buscará as incoerências, a não linearidade, os fragmentos, as inconstâncias.

Há necessidade, ainda, de se compreender e ratificar, tanto a materialidade discursiva quanto os espaços colaterais em que os discursos se encontram, e isso pode ser feito a partir de dois momentos: no primeiro deles, associando-se os ditos a determinadas práticas, maneiras concretas de funcionamento, circulação e produção dos discursos e, no segundo momento, correlacionando-se os enunciados a outros do mesmo campo ou de campos diferentes.

Um exemplo possível é o interlocutor emitir um enunciado, tal como: “a homossexualidade está em debate na escola”. Para o tratamento deste enunciado procuraríamos verificar sua ocorrência nas cenas enunciativas, uma vez que o sujeito do enunciado poderia tomar diferentes lugares (de um docente, de um teórico, de um militante) e a enunciação poderia operar no lugar de queixas ou lamentos, de alívio, ou mesmo de reconhecimento (a discursividade teria que mostrar isto), e, posteriormente, observaríamos onde há sustentação material para a discursividade: se nos planos de aula, na proposta pedagógica da escola, em eventos, em cartazes e propagandas, ou algo do gênero.

O próximo momento poderia ser o da propagação do referido enunciado. Neste sentido haveria a possibilidade de se trabalhar com outros espaços do saber e outros discursos cujas proposições pudessem disputar a preeminência de uma significação com enunciado em questão.

Ainda que haja necessidade de, em um processo de premeditação de uma pesquisa e de se tentar cercar o máximo de fundamentos teórico-metodológicos, a fim de garantir a operacionalidade da

proposta investigativa, é de grande complexidade tentar fechar o que será feito em um trabalho que se proponha a análise das práticas discursivas de orientações foucaultianas. Isto ocorre porque a previsão do que se mostrará como informações para análise é impossibilitada por não haver um protocolo ou roteiro de coleta, ou mesmo eixos temáticos ou prévias categorias de análise.

No entanto, é possível proceder a uma conversão do olhar, como sugere o filósofo, que seja propiciada a partir de um posicionamento teórico, e construir (reconstruir) um caminho investigativo "sem medo de dessacralizar uma teoria, ou seja, sem medo de expor até o limite certas formulações teóricas" (FISCHER, 2002, p. 58), ainda que se incorra no risco de distorcer suas orientações. O trabalho maior está em manejar, desorganizar e rearranjar as informações perseguindo artifícios que surjam durante sua captura, correlacionando-os a algumas ideias que se possui ou que se tome emprestado de alguém.

REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, J. **A transparência do mal: ensaios sobre fenômenos extremos**. Trad. Estela dos Santos de Abreu. 4ª Ed. São Paulo: Papirus Editora, 1998.
- BAUDRILLARD, J. **A ilusão vital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. 3ª Ed. São Paulo: Pontes, 1991.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto editora: 1994.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 8ª Ed. São Paulo: UNICAMP, 2002.
- _____. Análise do discurso: um itinerário histórico. In: PEREIRA, H. B. C.; ATIK, M. L. G. **Língua, Literatura e Cultura em Diálogo**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2003. Disponível em: www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/brand005.pdf. Acesso: 13/06/2011.
- CARNEIRO, E. A. & CARNEIRO, E. C. **Notas introdutórias sobre a análise do discurso**. 2007. Disponível em [www.overmundo.com.br/...](http://www.overmundo.com.br/) Acesso: 01/06/2011.
- COSTA, M. V. **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- _____. Sujeito, e subjetividade nas tramas da linguagem e da cultura. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2000, p. 29-46.
- FISCHER, R. M. B. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, nov, 2001. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/n114 Acesso: 25/06/2010.
- _____. A paixão de trabalhar com Foucault. In: COSTA, M. V. (Org.). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002, p.39-60.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, (1969) 1986.

- _____. **A Ordem do Discurso**. 1971. Disponível em www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/ordem.html. Acesso: 10/09/2010.
- _____. **O que é um autor?** Vega: Passagens, 1997.
- _____. **La verdad y las formas jurídicas**. Barcelona: Gedisa, 1980.
- GATTI, B. A. Pesquisa, educação e pós-modernidade: confrontos e dilemas. **Cadernos de Pesquisa**. v. 35. n. 126, set/dez, São Paulo, 2005.
- _____. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002 (série Pesquisa em Educação, v. 1).
- GREGOLIN, R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2007.
- HABERMAS, J. **Discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- HARRIS, Z. **Discourse Analysis**, *Language*, n. 28, 1952.
- JAKOBSON, R. Les embrayeurs, les catégories verbales et le verberusse. In: **Essais de linguistique générale**. Paris: Ed. Minuit, 1963.
- LYOTARD, J-F. **O Pós-Moderno Explicado às Crianças**. Lisboa: Dom Quixote, 1987.
- LYOTARD, J-F. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- LYOTARD, J-F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- MARSHALL, J. Governabilidade e educação liberal. in: SILVA, T.T. (Orgs.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MAUÉS, J. M. O currículo no trabalho com narrativas no Ensino Superior. In: **28ª Reunião Anual da ANPED**. 40 anos da Pós-Graduação em Educação no Brasil, Caxambu-Mg, 2005. pp. 1-16
- MAUÉS, J. O currículo no trabalho com narrativas no Ensino Superior. **18ª ANPED**. GT n. 12, Caxambu, 2006.
- MORAES A. T. O discurso em Foucault: noções para uma prática jornalística. **XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste/Goiania/GO**. 27 a 29 de maio de 2010. Disponível em: www.intercom.org.br/sis/regional/resumos/R21-0050-1.pdf. Acesso: 28/09/2010.
- PAVEAU, M-A; SARFATI, G-E. **As grandes teorias da lingüística: da gramática comparativa à pragmática**. Trad. Maria do Rosário Gregolin *et al.* São Paulo: Claraluz, 2006.
- PÊCHEUX, M. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1983.
- PETERS, M. **Estruturalismo e pós-estruturalismo**. Disponível em www.rubedo.psc.br/artigos/MichelPeters. Acesso: 31/05/007.
- PRIGOGINE, I. O fim da ciência? In: SCHNITMAN, D. F. (Org). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes médicas, 1996. pp. 25-40.
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, T. T. da. **Dr. Nietzsche, curriculista:** com uma pequena ajuda do professor Deleuze. ANPED 24^a Reunião Anual, Caxambu, 2001. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/24/T1299570907599.doc Acesso: 04/05/2012.

SOBRINHO, L. D. G. O pós-modernismo e as ciências sociais: anotações sobre o atual estado da discussão. *Impulso. Revista de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba*. v. 12, n. 29, 2001.

¹ Mestra em Educação e doutoranda do PPGED/ICED/Universidade Federal do Pará. Professora de Educação Matemática na Faculdade de Matemática – Universidade Federal do Pará.

² Doutora em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Professora do PPGED/ICED/UFGA, na linha de pesquisa *Educação: currículo, epistemologia e história*.

³ A intenção não é tornar exaustivas as discussões a respeito de teorias e enfoques metodológicos, por isso opta-se, nesta abordagem, por considerar pós-críticos os desconstrucionistas, os pós-estruturalistas, os pós-modernos, os pós-colonialistas, os feministas da terceira geração, os teóricos *queer* dentre outros.

⁴ Originário do campo filosófico, o giro linguístico ou *linguistic turn*, ou ainda, a virada linguística, representa um esforço do predomínio da linguagem sobre o pensamento, principalmente, nas construções de conhecimento no campo da filosofia. Esse giro dá-se inicialmente pela crítica de filósofos, como Husserl, à filosofia da consciência de cunho empírico, como a psicologia, mas sofre influência de outras análises e interpretações durante os contextos que se seguem. Habermas (1990) adota essa expressão falando do giro tanto no campo da epistemologia quanto da linguística

⁵ Dentre os trabalhos do filósofo, grande menção é feita à *Doença Mental e Psicologia*, (1954); *História da loucura na idade clássica* (1961); *Nascimento da clínica*, (1963); *As palavras e as coisas*, (1966); *Arqueologia do saber*, (1969); *Vigiar e punir*, (1975); *História da sexualidade: A vontade de saber*, (1976); *O uso dos prazeres*, (1984); *O Cuidado de Si*, (1984); *Ditos e escritos*; (2006); *Teorias e instituições penais*; (1971-1972); *A sociedade punitiva*; (1972-1973); *O poder psiquiátrico*; (1973-1974); *Anormais*; (1974-1975); *Em defesa da sociedade*; (1975-1976); *Território e população*; (1977-1978); *Nascimento da biopolítica*; (1978-1979); *Microfísica do Poder*; (1979); *Do governo dos vivos*; (1979-1980); *Subjetividade e verdade*; (1980-1981); *A hermenêutica do sujeito*; (1981-1982); *O governo de si e dos outros*; (1983/1984); *A Verdade e as Formas Jurídicas*; (1996); *A ordem do discurso*; (1970); *O que é um autor?*; (1983) e *Coleção Ditos e escritos* (2006).

⁶ De agora em diante AD.

⁷ Bakhtin é linguista russo, e não francês.

⁸ A greve geral foi deflagrada na França, em maio de 1968, adquirindo rapidamente proporções revolucionárias e, mesmo desencorajada pelo Partido Comunista francês, rapidamente chega a outros setores sociais, como as universidades e escolas de ensino secundário, dobrando a participação dos dez milhões de trabalhadores para uma escala bem maior.

⁹ O linguista e filósofo suíço Ferdinand Saussure (1857-1913) é uma das figuras mais importantes na elevação da linguística ao patamar de ciência e no surgimento e desenvolvimento do estruturalismo. A partir de sua participação na Sociedade Linguística de Paris tem seu nome vinculado à linguística francesa.

¹⁰ Não se pode esquecer o conjunto de mutações por que passam as disciplinas no final do século XIX, em busca de atingir a cientificidade exigida aos saberes.

¹¹ Para Gregolin (2007, p. 19): *A grande inovação de Lévi-Strauss foi a transferência dos modelos linguísticos para o estudo da antropologia da cultura, do simbólico, retirando-a dos antigos modelos naturalistas ou biológicos (sic)*.

¹² [...] o discurso não é uma estreita superfície de contado, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; [...], analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos [...], mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar as coisas. É esse 'mais' que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse 'mais' que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1986, p. 56).